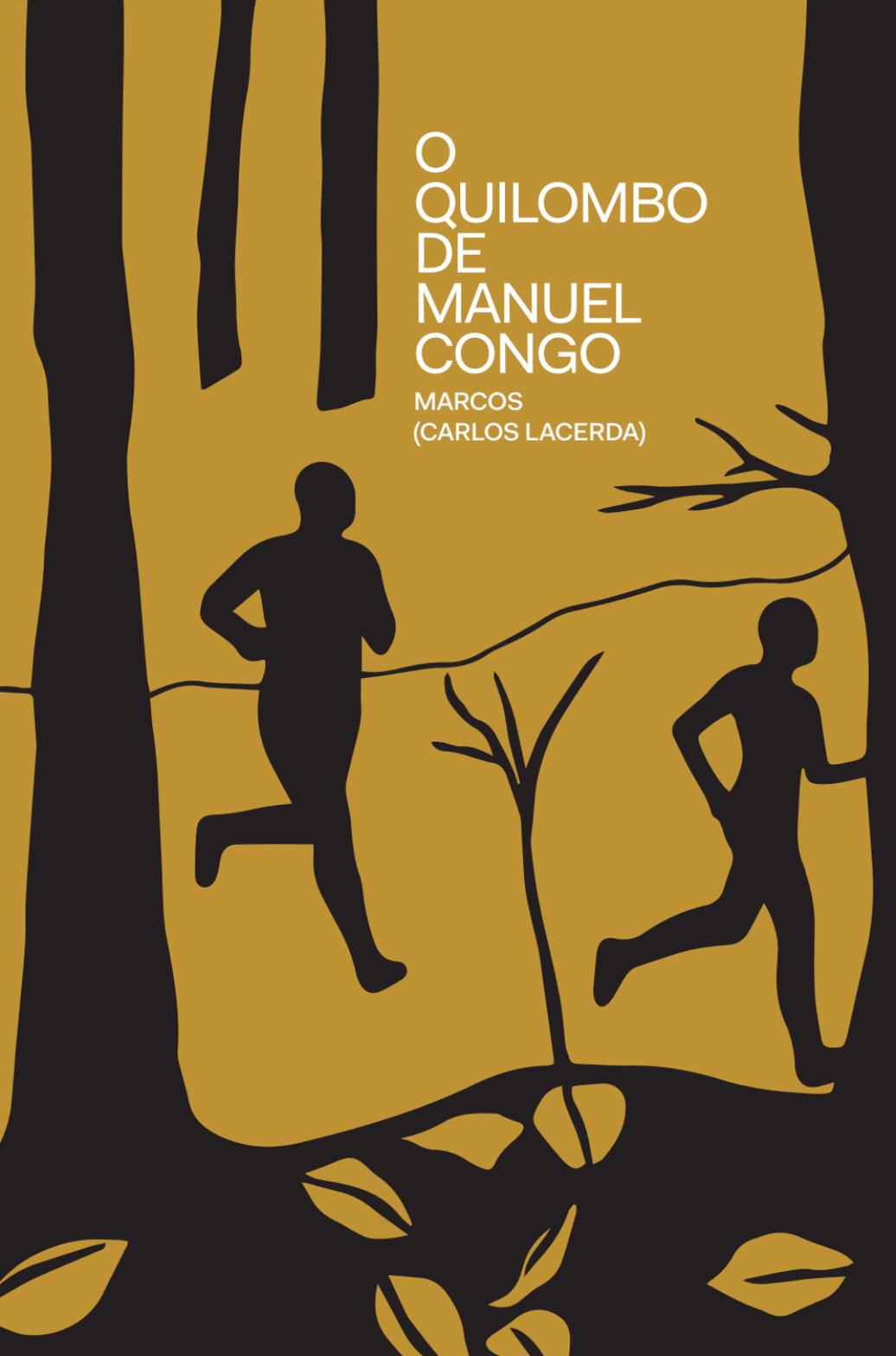


# O QUILOMBO DE MANUEL CONGO

MARCOS  
(CARLOS LACERDA)



## PREFÁCIO

por Mário Magalhães

### 1935

No dia 11 de maio de 1935, um sábado de outono carioca, o jornalista Carlos Lacerda participou de uma tertúlia no Centro de Defesa da Cultura Popular. O matutino *O Jornal* noticiou que o encontro atraiu “numeroso público”, formado por “senhoras, escritores, jornalistas, operários”. Em contraste com os improvisos oratórios que começavam a fazer sua fama, o convidado “leu um belo estudo” — conforme a reportagem — sobre o poeta negro norte-americano Langston Hughes. Recitou poemas de Hughes que ele traduzira, embora só mais tarde viesse a ter proficiência na língua inglesa, depois de um curso intensivo. As lições de inglês foram ministradas na cadeia, por um professor com quem Lacerda compartilhou o cárcere político em seguida ao golpe de Estado de novembro de 1937.

Poucos meses antes do golpe que pariu a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o dramaturgo *Júlio Tavares* estreara com *O Rio*, peça encenada pela companhia do casal Eugênia e Álvaro Moreyra. Os personagens da história, desgraçados na vida, moram num lugar às margens do rio Paraíba. Comentando a montagem, o escritor Graciliano Ramos anotou em setembro de 1937: “O que há no palco é uma gente miserável que não quer morrer.”

*Júlio Tavares* escolheu como epígrafe do terceiro ato, ao publicar o *script* de *O Rio*, os versos finais de um poema de Langston Hughes, “The Negro Speaks of Rivers”:

“Conheci rios  
Rios antigos e sombrios  
E minha alma tornou-se profunda como os rios.”

Não era coincidência o encanto de Carlos Lacerda e do autor de *O Rio* pelo poeta do movimento cultural Renascimento do Harlem: *Júlio Tavares* foi um dos pseudônimos adotados por Lacerda para se proteger do assédio da polícia política do governo Getúlio Vargas.

Hughes compôs “The Negro Speaks of Rivers” ao atravessar o rio Mississipi. Lacerda moldou personagens de ficção com base em criaturas com quem convivera na chácara do avô paterno, banhada pelo rio Paraíba, no município fluminense de Vassouras. O Paraíba o fascinava, mas Lacerda nunca mergulhou em suas águas. Ele não sabia nadar, como descobriram um dia os convivas de Tarsila do Amaral na fazenda da família da pintora. Era, contudo, bom cavaleiro.

Onze dias antes de ler seu ensaio sobre Langston Hughes, Carlos Lacerda festejou a chegada dos 21 anos. Entre o aniversário em 30 de abril de 1935 e a tertúlia no Centro de Defesa da Cultura Popular, começou a circular o número 11 da *Revista Acadêmica*. A edição trazia um artigo de Lacerda: “In memoriam de Murilo Mendes.” Murilo só morreria dali a quarenta anos. O jornalista, então ateu e vinculado ao Partido Comunista, vituperava o poeta recém-convertido ao catolicismo. A mesma página da revista estampava o anúncio “O Quilombo de Manuel Congo está nas livrarias”.

A R.A. Editora, anêmico braço editorial da *Revista Acadêmica*, imprimiu o livro. A revista mensal lançada em 1933 se ocupava de arte, cultura e política, com estridente sotaque antifascista. Tinha sido gestada nos corredores da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no bairro do Catete (no futuro, rebatizada como Faculdade Nacional de Direito, seria transferida para a Praça da República). Entre seus animadores se sobressaíam os estudantes Lúcio Rangel, Carlos Lacerda e Moacir Werneck de Castro, sob a liderança de Murilo Miranda.

O gênio pelo qual o quarteto professava devoção não vivia dentro de uma lâmpada, mas em São Paulo. Chamava-se Mário de Andrade e se consagrara, no olhar do crítico de arte Mário Pedrosa, como “uma espécie de estação central do modernismo brasileiro”. O jornalista Joel Silveira diria que Mário encarnava um “deus” para os moços da *Acadêmica*. A R.A. Editora publicaria, ainda em 1935, um livro do criador de *Macunaíma*, com ensaios sobre o escultor Aleijadinho e o poeta Álvares de Azevedo.

Lacerda escreveu uma carta para o amigo Mário de Andrade dois meses depois de *O Quilombo de Manuel Congo* sair da gráfica. Dos jovens integrantes da Aliança Nacional Libertadora, o remetente era o de maior projeção no país, voz onipresente nos seus palanques. Essa frente de esquerda agrupava de veteranos do tenentismo a socialistas e comunistas. Mobilizava multidões, desde sua sessão inaugural no fim de março, no Teatro João Caetano. A proposta de aclamar Luiz Carlos Prestes presidente de honra da ANL inflamou o comício. Foi Carlos Lacerda quem a apresentou ao público, que reagiu com uma ovação.

Naquela época, Mário de Andrade dirigia o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Lacerda datou a carta em 3 de julho de 1935. Empregou o pronome “nós” ao se referir aos comunistas. Profetizou: “A luta da Aliança Nacional Libertadora terá a colaboração da pequena burguesia. Faremos a revolução democrático-burguesa, agrária e anti-imperialista. Depois, num desdobramento, sem deixar morrer o facho da revolução em marcha, caminharemos até a revolução operária e camponesa. É assim, será assim, tem de ser assim.”



Assim sonhava Carlos Lacerda aos 21 anos. Ele disse que consumiu meras duas noites escrevendo *O Quilombo de Manuel Congo*. Mais curto do que um romance, o livro é uma novela. Recapitula o épico da revolta de 1838, na qual negros escravizados se rebelaram no Vale do Paraíba. O sangue africano derramado nas lavouras

adubara a pujante economia cafeeira e regara a fortuna dos barões do café.

Lacerda firmou *O Quilombo de Manuel Congo* com outro *nom de plume*, *Marcos*, sem sobrenome, e dedicou o livro ao rio Paraíba. Também em 1935 circularia uma brochura de 21 páginas sobre educação, não assinada, de sua lavra. Ele tinha intimidade com o assunto desde quando engatinhava no jornalismo, aos 16 anos, como assistente da editora da página de educação do *Diário de Notícias*. A editora era jornalista, professora e poeta. Seu nome: Cecília Meireles.

O interesse de Lacerda pela história da escravidão principiara na infância, quando uma mulher negra conhecida como Tia Claudina lhe narrava as violências que testemunhara no tempo de escravizada numa fazenda do Vale do Paraíba. Ela rememorava maldades enquanto moía café na cozinha da chácara de mangas do avô de Carlos, menino que lá passava longos períodos. O garoto, ainda imberbe, a alfabetizou. Nascido num sobrado do bairro carioca de Laranjeiras, em 1914, Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi registrado em Vassouras.

Seu avô, Sebastião de Lacerda, era um vetusto ministro do Supremo Tribunal Federal. Não foi um aristocrata do campo. Pelejara pela Abolição e pela República. A chácara de Vassouras, no distrito de Comércio, contava com seis funcionários em 1925, ano da morte do ministro — Tia Claudina tinha sido um deles. Enojado com decisões do STF, o magistrado foi sepultado sem toga, como exigira em sua agonia. Em 1931 o distrito de Comércio passou a ser denominado Sebastião de Lacerda.

Foi ali pertinho, em Paty do Alferes, que rebentara em novembro de 1838 a maior rebelião negra do Vale do Paraíba. Centenas de mulheres e homens se insurgiram contra o cativo e os castigos a que os senhores de escravos e seus feitores os submetiam. Brotou um território livre nas matas dos arredores. Entre os líderes, ao lado de Manuel Congo, cintilava Mariana Crioula — Lacerda a nomeou “*Maria Crioula*” no livro. Mariana foi proclamada rainha dos quilombolas. Manuel, o rei.

O quilombo não teve tempo de se estabelecer plenamente, pois milícias em que perfilaram senhores de escravos e próceres militares caçavam os fugitivos. O coronel Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, chefe dos repressores, comandava a Guarda Nacional na região. Viria a receber o título de barão de Paty do Alferes. Moacir Werneck de Castro, jornalista da *Revista Acadêmica*, primo distante de Carlos Lacerda e bisneto do barão, faria as contas: o bisavô “foi dono de sete fazendas e senhor, em certa época, de quase mil escravos.”

Na matança dos quilombolas por tropas do governo imperial, distinguiu-se o tenente-coronel Luís Alves de Lima e Silva, que passaria à história como duque de Caxias e patrono do Exército. *Marcos*, ou Lacerda, alvejou-o em *O Quilombo de Manuel Congo*: “O comandante era Caxias. Esse que foi depois duque de Caxias... Esse que nunca se envergonhou de ser assassino de escravos.”

Em 1839, quilombolas capturados foram açoitados com 650 chibatadas, e os carrascos enforcaram Manuel Congo. No livro de 1935, Lacerda se dirigiu aos rebeldes, à memória deles: “Teus gritos serão ouvidos porque a

tua voz não morreu, não morrerá. Dentro dos tempos ela estará como um eco. Ela é a voz dos oprimidos, dos explorados de todo o mundo. É a voz das senzalas, a voz das fábricas, a voz dos torturados e dos humildes, dos tristes e dos famintos.”

O *Quilombo de Manuel Congo* foi publicado um século após a Revolta dos Malês. O levante negro na Bahia, em 1835, acontecera menos de quatro anos antes da rebelião no Vale do Paraíba. Pioneiro na evocação de Manuel Congo e seus companheiros, Lacerda pesquisou documentos históricos em Vassouras. O prefeito da cidade era seu pai, o ex-presos político Maurício de Lacerda, socialista que se notabilizara na Câmara dos Deputados como defensor dos direitos trabalhistas. Chamavam-no “Tribuno do Povo”.

No mesmo ano de 1935, veio à luz o livro *História de Vassouras*, do jornalista Ignácio Raposo. Na árdua apuração de informações, Raposo escarafunchara arquivos empoeirados e inéditos. Dali a anos, difundiriam suspeitas de que Lacerda tivesse se beneficiado da investigação alheia sem dar crédito. Em agosto de 1935, na *Revista Acadêmica*, ele explicitou as fontes. Assinando como *Marcos*, enfatizou que escrevera muita não ficção e pouca ficção em *O Quilombo de Manuel Congo*: “Tudo aquilo existiu. Está na *História de Vassouras* de Ignácio Raposo, está nos documentos da época, está na memória das crianças que ouviam as histórias de velha Claudina.”

A capa da edição original de *O Quilombo de Manuel Congo* foi impressa em preto e vermelho. O artista plástico Paulo Werneck ilustrou o livro. A prosa encardida

trai a pressa com que foi tecida, soa como palavra falada e não como palavra escrita. O tom panfletário permeado por tiradas líricas dá a impressão de escriba imaturo — foi mesmo obra de juventude. Lapidando o estilo, Lacerda perpetuaria seu *punch*.

A reverência aos rebeldes negros do século 19 se combina, em *O Quilombo de Manuel Congo*, com o estímulo para que a semente frutifique. O autor recorre ao passado para influenciar o presente: “A frente única na guerra de classes. Todos os escravos contra todos os senhores. Que importam as diferenças? Por acaso os senhores mantinham o ódio que os dividia entre si?”

Numa entrevista de 1939, o crítico literário Sérgio Milliet classificou o livro como “socializante”. Elucidou: “É socializante toda obra que espelha uma face errada da humanidade e que imprime no leitor a certeza do erro, a vontade de corrigi-lo, a revolta com a trapaça.” Em sua opinião, *O Quilombo de Manuel Congo* “esboça aspectos comoventes da luta pela Abolição, encaixada tão visivelmente na teoria marxista”.



Dois dias depois de escrever a carta para Mário de Andrade, Lacerda leu em público o novo manifesto de Luiz Carlos Prestes, conclamando ao assalto do poder pela Aliança Nacional Libertadora — o “Cavaleiro da Esperança” vivia clandestino numa casa em Ipanema. Eram pouco mais de oito e meia da noite de 5 de julho de 1935 quando a voz solene do rapaz de silhueta diáfana começou a ser ouvida na sede lotada da ANL, nas cercanias do

Theatro Municipal do Rio de Janeiro, e pela multidão que se acotovelava do lado de fora.

Uma foto publicada pelo *Correio da Manhã*, flagrante Lacerda naquele momento, seria a imagem-síntese de sua militância comunista. Ele já exibia a estatura de 1,79 metro, mas estava longe do peso de 82 quilos e do colarinho 39 que alcançaria aos 34 anos. Quem só olhava Lacerda via um vem-vem. Quem o ouvia tremia com as proclamações trovejantes.

Prestes redigira, e Lacerda vociferava: “Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas dos Palmares, porque só a ampla democracia de um governo realmente popular será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade e de dar aos pretos, no Brasil, a imensa perspectiva de liberdade e igualdade, livre de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos.”

O manifesto arrematava com a exortação: “Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à ANL!” Seis dias mais tarde, Getúlio Vargas decretou o fechamento da ANL. Prestes e seus camaradas se empenharam num levante militar no Rio, em 27 de novembro de 1935. Malograram, e a quartelada ganhou a alcunha de Intentona Comunista.

Um companheiro confidenciaria que Carlos Lacerda recebeu granadas nas vésperas da insurreição de novembro. Lacerda contaria que no dia do levante esperou armas que não chegaram. A polícia alardeou sua prisão, jornais e rádios veicularam a notícia, mas a informação

era falsa. Ele permaneceu foragido em endereços diversos durante meses, para escapular da repressão sangrenta que se abateu contra comunistas, aliancistas e outros militantes de esquerda. Lacerda tinha ido em cana em 1933 e 1934. Novas borrascas o empurrariam de volta ao xilindró.

O Brasil e o mundo de 1935 eram inóspitos para gente como o jovem Lacerda. Benito Mussolini governava a Itália desde 1922. Adolf Hitler assenhorou-se do poder em 1933 na Alemanha. Dali a pouco, em 1937, o ministro da Propaganda do 3º Reich, Joseph Goebbels, celebraria publicamente o golpe desferido por Getúlio Vargas para instalar a ditadura do Estado Novo.

A Comissão Central Brasileira de Eugenia, constituída em 1931, recomendava “evitar casamento com pessoa de classe inferior e, sobretudo, com indivíduos de raça diferente e com mestiços das primeiras gerações”. O presidente da entidade, Renato Kehl, enalteceu o modelo que julgava virtuoso: “É neste país [a Alemanha nazista] onde se pratica, atualmente, a eugenia com mais amplitude e decidida coragem.” O ditador Getúlio Vargas receitaria em 1938 o “fortalecimento da raça”, para assegurar o “preparo cultural e eugênico das novas gerações” — assinala a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro no livro *O antissemitismo na Era Vargas*.

A Ação Integralista Brasileira, prima verde-amarela do nazifascismo europeu, promovia ações antissemitas. Logo o governo de Getúlio Vargas emitiria circulares secretas restringindo a entrada de judeus no Brasil. Em 1935, o governo deportou a imigrante romena Geny Gle-

zer, acusando-a de subversão. Ela era judia e comunista. Geny salvou-se; resgataram-na num porto da França. No ano seguinte, seria a vez de a alemã, judia e comunista Olga Benário, grávida de Luiz Carlos Prestes, ser entregue à polícia nazista. Ela tinha sido enviada pela Internacional Comunista, organização sediada em Moscou, para participar da revolução no Brasil. Olga foi executada no campo de extermínio de Bernburg.

Lacerda entregou-se à campanha pela libertação de Geny Gleizer. O jornal *A Manhã* manchetou um artigo dele em 17 de setembro de 1935. Suas exclamações beravam: “Mulheres e jovens! Homens que não perderam a capacidade de compreender o sofrimento alheio; [...] Disputai Geny Gleizer das mãos da polícia! Fazei da liberdade de Geny Gleizer o assunto das vossas conversas, a preocupação dos vossos pensamentos. Fazei do vosso amor uma arma para libertar Geny Gleizer! Arrancai-a da morte! Salvai-a enquanto é tempo!”

Em meio a questões de vida e morte, o autor de *O Quilombo de Manuel Congo* cuidava de arte, como os poemas de Langston Hughes lidos no Centro de Defesa da Cultura Popular, agremiação associada à ANL. Ele filosofou num texto sobre o samba, em setembro de 1935: “A música não é um enfeite da vida. É necessidade, quase consequência da vida.” Num domingo de outubro, passeou na escola de samba Paz e Amor, no subúrbio de Bento Ribeiro. A estrela da noite foi o bamba Paulo da Portela. Os dois discursaram.

Lacerda compôs em 1938 uma seresta com amigos que o visitavam na chácara de Vassouras, onde ele se re-

fugiava dos beleguins da ditadura. *Beijos pela noite* tem letra dele e Jorge Amado, com melodia de Dorival Caymmi. Na revista *Seiva*, editada na Bahia pelo comunista João Falcão, Lacerda publicou um conto, *O mato é maior*, que se passa num quilombo. Assinou-o como *Marcos Pimenta*. Entre os grandes contistas da literatura universal que adaptou em 1943 com o escritor Paulo Mendes de Almeida para a Rádio Gazeta, em São Paulo, figuravam João do Rio, Lima Barreto e Machado de Assis — todos cariocas e negros.

Homem branco crescido numa sociedade racista, machista e desigual, no derradeiro país do Ocidente a abolir formalmente a escravidão, o jovem Lacerda não deixou de expressar a cultura em que vivia. Com Edgard Cavalheiro, transmitiu pela Rádio Gazeta uma adaptação do *Sítio do Picapau Amarelo*. Não contestou o racismo impregnado na obra de Monteiro Lobato. Nessa convivência, mimetizou quase todos os intelectuais de sua geração, incluindo os liberais e os de esquerda. Na década de 1930, identificou “preconceitos” em *Os sertões*, livro de 1902 com racismo ululante. Afirmou que o autor, Euclides da Cunha, foi “um pouco atrapalhado pelas teorias raciais da época”. Todavia, colidiu com os fatos ao sentenciar: Euclides “não [foi] racista”.

As estações sobreviriam, e Lacerda se tornaria um dos brasileiros mais odiados, amados e controversos do seu tempo. Ele romperia com ideias do passado, ergueria novos estandartes e se metamorfosearia sem cessar, ainda que seu estilo vulcânico já se delineasse na auro-ra dos 21 anos. Um segmento político foi denominado

“lacerdismo”. Os cariocas apelidaram de “lacerdinhas” os insetos da ordem dos *Thysanoptera* que incomodam demais ao entrar nos olhos.

Carlos Lacerda viveu até 1977, três semanas depois de fazer 63 anos. Embora fosse dono de editoras de livros e republicasse muitos escritos seus de juventude, nunca reeditou *O Quilombo de Manuel Congo*.

MÁRIO MAGALHÃES É JORNALISTA E ESCRITOR.  
DESDE 2015 TRABALHA NUMA BIOGRAFIA DE CARLOS LACERDA,  
QUE SERÁ EDITADA PELA COMPANHIA DAS LETRAS.

